

Rua com eles!

FERNANDO PEDREIRA

Quem tem razão? Ninguém. Nem Jader, nem ACM, nem Arruda, nem nenhum desses rotweillers que se esbaldam no Senado e ameaçam afundar não só a Casa, mas a República e o país. São todos culpados, terrivelmente culpados, sordidamente culpados, embora suas culpas possam ser diversas e distintas. Rua, com eles.

A Bahia sobreviverá sem ACM? Certamente. E a Amazônia, sem Jader? Na verdade, esta briga entre manda-chuvas é apenas o confronto entre três graus, três tipos diversos de corrupção.

O mais baixo e óbvio dos três é o amazônico. Jader é um tamanduá, um troglodita, grosseiro e primário em seus malditos. No próprio Pará, ele é apontado como o herói que desmoralizou até mesmo o venerando instituto do "testa de ferro"; no caso do Banpará, os cheques são passados em seu nome e depositados em sua conta pessoal.

Um segundo grau de corrupção, embora também físico e material, pode ser mais propriamente definido como sociológico e político; não é apenas baiano, nem sequer brasilei-

ro. Seria, antes, ibérico e hispano-americano; seu nome é caudilhismo. O título oficial do ditador Francisco Franco, que governou seu país durante 40 anos, era "Caudilho de Espanha por la gracia de Dios". Nada menos.

No Brasil, os caudilhos são (ou eram) sobretudo gaúchos, mas podem ser também nordestinos. Normalmente, governam uma região, um município; mais raramente, dominam um Estado inteiro, e só muito excepcionalmente (como Getúlio ou Franco) chegam a mandar no país como um todo.

Os caudilhos podem ser (tendem a ser) nacionalistas e, até, patriotas. Representam, no entanto, uma forma política primária, quase instintiva, que ocorre antes da sofisticação democrática, liberal, e na verdade fornece, por assim dizer, a base política natural do autoritarismo e do totalitarismo.

A Bahia tornou-se um feudo de Antonio Carlos Magalhães, mas ninguém dirá que seja mal administrada ou malcuidada. Há bons e maus caudilhos, assim como há bons e maus governadores ou prefeitos. A diferença está no "caráter" do poder do caudilho, que não dispensa a arbitrariedade, a freqüente violên-

cia, o medo e, até, o terror.

É um tipo de poder pessoal que trata o povo, o cidadão comum, como criança.

O caudilho é um superpai, dotado de superpoderes, que protege e castiga, segundo seus nem sempre compreensíveis designios. O povo obedece; beija-lhe as mãos, mesmo quando punido.

Na Bahia, ACM fez e aconteceu; pintou o caneco. Perseguiu jornais e jornalistas, destruiu impiedosamente adversários; certa vez, num rompante, desapropriou a própria residência de Clemente Mariani, seu opositor, no alto da ladeira da Barra. E, ainda hoje, o jornal "A Tarde", o grande e tradicional jornal baiano, não recebe um tostão das verbas de publicidade do Governo estadual e das empresas do Estado; vai tudo para as publicações do próprio ACM.

Pois a verdade é que todo caudilho é patrimonialista; confunde a coisa pública com a coisa privada. O dinheiro do Governo, para ele, não é do povo ou dos contribuintes; é dele, de sua família e dos seus afluídos.

Jango Goulart também era assim; quando foi deposto, em 64, já era o maior proprietário de terras de todo o Brasil.

O GLOBO

22 ABR 2001

Considero ACM (ao contrário de Jango) um "bom" caudilho, se é que um bicho assim realmente existe. E admito, até, que em vastos espaços de um país como o nosso, a população pode ser tão inculta e ignorante a ponto de tornar o caudilhismo um fenômeno virtualmente inevitável. Talvez o Zeca do PT, ou o Zito de Caxias se revelem "bons" caudilhos, ainda que a sua rude maneira.

Mas, e a Bahia? E o excelso Senado da República? Em outros tempos, o velho Senado abrigou, por muitos anos, o gaúcho Pinheiro Machado, que havia feito da própria República um feudo seu, até que alguém, por fim, o matasse.

O que os acontecimentos mais recentes estão revelando, aos olhos do país estarecido, é que o ACM do Senado não é diferente do ACM da Bahia; governa, algumas vezes até bem, mas não se esquivava de utilizar, quando lhe pareciam necessários, os métodos brutais (e ilegais) do caudilho. Ora, Getúlio e Pinheiro Machado foram figuras da primeira metade do século XX. Hoje, tantos anos depois, a música é outra.

Há, enfim, um terceiro tipo de corrupção que se poderia chamar de *light*, temperada com adoçante em vez de açúcar mascavo, e que é em

geral tolerada pelo Governo, embora envolva às vezes quantias respeitáveis.

Não só em Brasília, mas em Paris, Washington e Londres, o presidente ou o primeiro ministro fazem vista grossa ou olham para outro lado, nesses casos, porque afinal onde está o homem está o pecado, e a perfeição no Governo é inalcançável. Mas se o corrupto é apanhado (e esta é a grande diferença entre o Brasil e o Primeiro Mundo), não tem salvação: desce do poleiro e vai defender-se na planície, como cidadão comum; sua carreira está encerrada.

O presidente Fernando Henrique conduz o Governo e o país como um ciclista que guiasse sua bicicleta sem pôr as mãos no guidão ou no volante. Talvez por isso a máquina oficial ande em muitos casos um tanto erraticamente.

Mas, não há dúvida de que esse excesso de liberdade, essa freqüente ausência da mão presidencial nos comandos da República, é uma das grandes causas da excessiva floração de escândalos e crises — que afinal nos permitem, ainda que por pausas e por pedras, ir corrigindo o muito que ainda temos de errado.

FERNANDO PEDREIRA é jornalista.